

MEC já estuda novo indexador

O Ministério da Educação termina na terça-feira o estudo propondo a indexação das mensalidades da rede particular de ensino a um indicador de inflação escolar. O trabalho será entregue ao ministro Carlos Sant'Anna, que, no entanto, aguardará um sinal do Ministério da Fazenda para apresentar suas sugestões sobre a questão. Ontem o Palácio do Planalto deixou claro que não opinará sobre a revisão da Portaria 140, que revigorou o regime de liberdade vigiada. "Este é um assunto que diz respeito somente ao Ministério da Fa-

zenda", informou a secretaria de imprensa da Presidência da República.

A equipe do MEC, encarregada da reavaliação da portaria, não concorda com a indexação das mensalidades ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC), como sugeriu a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen). Os técnicos do MEC, querem evitar que sejam embutidos nos aumentos, reajustes calculados sobre gastos não relacionados com a atividade escolar.

Os assessores do MEC defendem a retroatividade das mensalidades ao mês de maio para a aplicação das novas regras de reajuste. Sobre estes valores, seriam aplicados o índice de inflação escolar, composto por um percentual referente aos gastos com salários e encargos patronais como INPS e FGTS e outros correspondentes a despesas escolares como luz e material didático. Os técnicos acreditam que só se chegará a um indicador de inflação correto se forem discutidos e definidos os componentes reais das despesas escolares.